



Presidente **p.4**
Confiança no futuro



Presidente **p.9**
Primeiro-Ministro agradece a Durão Barroso "forma digna e empenhada" como liderou a União Europeia

POVO LIVRE



nº 1850

5 de Novembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



PROSSEGUIR O ÍMPETO REFORMISTA

Deputados da maioria aprovam a proposta de Orçamento do Estado para 2015 na generalidade

Orçamento do Estado para 2015

Prosseguir o ímpeto reformista

O ano 2015 vai ser de viragem económica e recuperação de rendimentos com um défice historicamente baixo, que rompe com o passado e abre novas perspectivas de futuro para Portugal. Na abertura do debate sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2015, na Assembleia da República, dia 30, o chefe do Governo considera que há “muito trabalho pela frente”, mas “2015 será um ano de investimento no futuro dos portugueses”. Momentos antes, o Primeiro-Ministro acusou “algumas forças políticas” de estarem “absorvidas pelas suas agendas particulares, que culminam invariavelmente na reivindicação de eleições antecipadas”, e rejeitou que a governação esteja condicionada pelas próximas legislativas, contrapondo que está “exclusivamente ao serviço das soluções para os problemas dos portugueses e das respostas para os grandes desafios nacionais”.

No próximo ano haverá uma “aceleração do crescimento económico” com “o défice mais baixo” da “história democrática” do país, e uma “continuação de redução do desemprego - e tudo isso num contexto económico internacional adverso”. “E pela primeiríssima vez desde que aderimos à moeda única, crescemos ao mesmo tempo que reduzimos a dívida externa”, assinalou, defendendo que se trata de “um crescimento económico e de criação de emprego estruturalmente diferentes do que tivemos nos últimos 20 anos: é sustentável, não se faz à custa da dívida e não tem o curtíssimo prazo de validade que teve no passado”.

Ao mesmo tempo, Passos Coelho garantiu que haverá “viragem na recuperação dos rendimentos dos portugueses e do seu poder de compra”, resultante do “aumento do salário mínimo, com efeitos já no presente mês de Outubro” e da “reversão dos cortes que foram feitos no contexto da emergência financeira” nos rendimentos dos trabalhadores do sector público.

Pedro Passos Coelho referiu que há sempre quem procure analisar se as políticas orçamentais estão “mais à esquerda ou mais à direita”, mas defendeu que a escolha que se coloca é antes entre “andar para a frente ou voltar para trás”. O Orçamento do Estado para o próximo ano é “determinado pela responsabilidade e coerência de não fazer o país andar para trás, de não desperdiçar os sacrifícios e os resultados obtidos nestes últimos três anos”.

O Governo vai continuar a trabalhar para que ao longo de 2015 a “aceleração do crescimento” - que referiu ser prevista por “todas as grandes organizações internacio-



nais” - seja “mais intensa” e a “descida do desemprego” seja “mais acentuada” do que o esperado. Independentemente disso, defendeu que os dados contrariam as teses dos críticos do Governo: “Desmentem todas as teses, não só de que vivíamos numa espiral recessiva, mas também que nunca conseguiríamos crescer se não abrandássemos a consolidação orçamental e se não aumentássemos a dívida. Quantas vezes não ouvimos o argumento cego, inteiramente desligado das condições reais do país, de que só com mais défice haveria crescimento?”.

Passos Coelho contestou depois a ideia de que a dívida pública portuguesa é insustentável, considerando-a perigosa: “A nossa dívida pública terá em 2015 o segundo ano consecutivo de diminuição assinalável. Esse é o rumo da sustentabilidade, e a rejeição prática das aventuras propostas que mais não são do que receitas para novos colapsos financeiros e novos resgates, porventura mais duros do que aquele que sofremos em 2011”.

No que respeita às contas públicas, o Governo fez uma “redução de despesa sem qualquer precedente nem paralelo” na “história democrática” de Portugal, apontando: “Entre 2010 e 2015 teremos reduzido 11,5 mil milhões de euros de despesa primária do Estado, isto é, se não tivermos em conta os juros da dívida pública”. Passos Coelho alegou que isso foi feito assegurando “os apoios sociais a quem mais precisa” e sem recuos nos

serviços públicos de saúde e educação, pelo contrário. “Não só demos força ao Serviço Nacional de Saúde, como iremos em 2015 aumentar as transferências para o programa orçamental da saúde em mais 287 milhões de euros. O mesmo podemos dizer da escola e do ensino público, com o alargamento da rede do pré-escolar e a respectiva tradução no aumento da dotação orçamental”, disse.

Na sua intervenção, o líder do PSD apontou como “cruciais” para o cumprimento das metas orçamentais “as reformas no Estado que prosseguirão no próximo ano”. Dentro do Governo, a coordenação da reforma do Estado foi atribuída ao vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, presidente do CDS-PP. Passos Coelho declarou tratar-se de “um trabalho de persistência reformista”, iniciado no início do mandato e deve prosseguir nos anos que se seguem, e que “não vincula apenas esta ou aquela tutela - antes responsabiliza o Governo no seu conjunto”.

Às afirmações do líder parlamentar socialista, que aconselhou o Primeiro-Ministro a ouvir “outros líderes de opinião”, Pedro Passos Coelho caracterizou como “extraordinário” o facto de ouvir Ferro Rodrigues a citar os antigos ministros Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix. “Ao contrário do que supõe, essa citação não me incomoda, porque à frente do Governo estou muito habituado a lutar com adversidades, venham ou não da minha área



política. Encaro-as sempre com total normalidade democrática e nunca deixei de convidar os meus adversários ou concorrentes para poderem estar próximos de mim e assim poderem acompanhar o ímpeto reformista do país”, disse, recebendo uma acalorada salva de palmas.

“Acabar com a chaga de o Estado ter de pagar sempre mais caro por não pagar a horas pelos serviços de saúde”

O Governo espera acabar até ao final da presente legislatura com a “chaga” da dívida dos hospitais empresariais públicos, adiantando que em 2015 haverá mais 300 milhões de euros de capitalização. “Este ano vamos realizar capital social de hospitais EPE na ordem dos 157 milhões de euros e em 2015 de cerca de 300 milhões de euros, o que é muito importante, porque assumimos uma herança pesada de dívidas que estavam por pagar superiores a três mil milhões de euros”, declarou o líder do executivo, numa crítica aos anteriores executivos socialistas. Segundo Pedro Passos Coelho, até ao final da presente legislatura, o Governo “espera acabar com a chaga de o Estado ter de pagar sempre mais caro por não pagar a horas pelos serviços de saúde prestados”. “Não só estamos a fazer o saneamento financeiro, como estamos a apontar para o equilíbrio financeiro dos hospitais EPE, o que significa o contrário daquilo que a oposição diz. Estamos a tornar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) mais robusto, menos endividado e em condições de prestar melhores serviços”, sublinhou.

Proposta aprovada na generalidade com os votos da maioria

A proposta de Orçamento do Estado para 2015 foi aprovada, dia 31, na generalidade pela maioria PSD/CDS-PP, com os votos contra de toda a oposição e a abstenção do deputado democrata-cristão eleito pela Madeira Rui Barreto. No final, os deputados do PSD e do CDS-PP aplaudiram o Governo. A proposta aprovada seguirá para debate nas comissões parlamentares de especialidade, com o debate em plenário marcado para os dias 20, 21 e 24 de Novembro. Dia 25 terá lugar o encerramento da discussão na especialidade e a votação final global do documento.



O Primeiro-Ministro na Região Autónoma dos Açores

Confiança no futuro

“A minha confiança é muito grande relativamente ao futuro próximo. Quem passou o que nós todos em conjunto passámos nestes últimos anos, o quão realmente próximos estivemos de um abismo imenso, e o esforço que realizámos para conseguir superar essas adversidades, dá-nos hoje uma resiliência muito maior para olhar para o futuro”, sublinhou o Primeiro-Ministro, durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Ponta Delgada, numa deslocação de dois dias ao arquipélago dos Açores. O chefe do executivo manifestou por diversas vezes esta ideia de confiança no futuro, apesar de este ser “incerto por natureza”. “Mas eu tenho a certeza que os tempos que vamos enfrentar não têm esta severidade nem riscos tão grandes como aqueles por que já passámos”, afirmou. “Acho que temos boas razões para estarmos mais confiantes em relação ao futuro, quando nos lembramos do que deixámos para trás, nas nossas costas, aquilo que foi o caminho que percorremos juntos para nos colocarmos mais a salvo do abismo da insolvência e da quase bancarrota”, acrescentou.

Nesta sessão solene na Câmara do maior município dos Açores, gerido José Manuel Bolieiro, o Primeiro-Ministro ressaltou que é “evidente” que há ainda “muito que fazer” para o país poder “respirar com alívio perante quaisquer flutuações” dos mercados externos ou para “enfrentar qualquer crise”, até porque “o mundo tem vindo a conhecer um caminho nada linear nesse aspecto” e há “muitas incertezas e perigos que espreitam quer na Europa, quer no mundo em geral”. “Precisamos ainda de prestar atenção à forma como vamos tornando mais robustas as nossas respostas colectivas quando olhamos para o nível da União Europeia ou quando olhamos a estabilidade financeira em termos globais. Mas só aqueles que não querem ver é que não concluirão que aprendemos com a crise, nós também à nossa maneira, e progredimos muito na forma como nos preparámos para responder a essas incertezas, a esses riscos”, insistiu.

Alterações no IRS

O Primeiro-Ministro reiterou que “não tem faltado impulso reformista na área fiscal” ao Governo, apontando as alterações ao IRS, ao IRC e a chamada “fiscalidade verde”, e considerou importante essas reformas terem estabilidade. “Não tem faltado impulso reformista na área fiscal. O que eu julgo que agora é importante é, uma vez realizadas estas reformas, dar-lhes alguma estabilidade”, disse Pedro Passos Coelho aos jornalistas, já em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. Passos Coelho fez estas declarações a propósito do relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) divulgado em Lisboa, que inclui uma recomendação para que Portugal elimine a taxa intermédia do IVA, de 13 por cento e diminua a lista de bens a que se aplica a taxa reduzida deste imposto, de 6 por cento. O Primeiro-Ministro alegou que a OCDE tem uma opinião “muito favorável” sobre as reformas realizadas



pelo executivo português e o seu impacto no “potencial de crescimento” da economia - “de certa maneira reconhece, portanto, a relevância de muitas das decisões que nós tomámos nestes anos”. Passos Coelho afirmou que o Governo analisa “sempre com muito cuidado todas as recomendações das instituições internacionais” e tem feito um “trabalho muito próximo e de grande cooperação” com a OCDE, o que não implica “estar de acordo com todas as propostas e sugestões que sejam feitas”.

Banca portuguesa é credível

O Governo está tranquilo com os resultados da banca portuguesa nos testes de “stress” europeus e relativizou o chumbo do BCP, assinalando as medidas adoptadas por este banco no último ano. Referindo-se ao BCP, o único desses três bancos que chumbou, Passos Coelho acrescentou: “Esses testes tiveram como base a situação do banco à data de 2013, é importante que a comunicação seja muito clara a este respeito. E todas as medidas que foram sendo adoptados pelo banco ao longo deste ano vão ao encontro das preocupações que foram mencionadas nas conclusões dos testes de ‘stress’, e que apontavam para alguma fragilidade em cenários muito adversos”.

Passos Coelho referiu que “o banco, segundo foi comunicado pela própria administração, não precisa de proceder a nenhum aumento de capital para responder a estes problemas, e as medidas que já foi adoptando respondem favoravelmente às dificuldades que foram apontadas”.

Disponível para baixar impostos nos Açores

Pedro Passos Coelho manifestou “disponibilidade” e “abertura” para baixar os impostos, mas rejeitou um aumento de transferências do Estado para a região, como pedem governo regional e socialistas açorianos. “Manifestei abertura para que o Governo da República pudesse rever a questão do diferencial fiscal”, disse Pedro



Passos Coelho, no final de uma reunião de trabalho com o presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, em Ponta Delgada.

Passos Coelho disse estar disponível para rever esta matéria “quer em termos do Orçamento do Estado, quer da própria Lei das Finanças Regionais”, mas não se comprometeu com uma data, dizendo apenas que procurará a forma “mais expedita” de o fazer. O chamado diferencial fiscal das regiões autónomas (a diminuição máxima que os impostos podem ter em relação ao continente) passou de 30 para 20 por cento este ano, na sequência de uma revisão da lei das finanças regionais, no ano passado, que resultou do memorando de entendimento assinado com a ‘troika’.

A revisão desta legislação provocou também o corte das transferências do Estado para a região, reivindicando agora o Governo Regional a sua reposição, assim como do diferencial fiscal de 30 por cento.

Passos Coelho rejeitou, porém, um aumento de transferências do Estado para os Açores. “A questão do diferencial fiscal não tem relação directa com a questão das transferências feitas a título de solidariedade da República para as regiões autónomas”, afirmou, sublinhando que a lei das finanças regionais contempla o “princípio muito singular” de garantir que as receitas geradas nos Açores e na Madeira através dos impostos



ficam na região, não contribuindo assim os residentes nas ilhas para o “todo nacional”.

Isto, apesar das “responsabilidades do Estado enquanto tal” nas duas regiões, a nível, por exemplo, da Justiça ou da Administração interna. Sublinhando que as transferências do Estado para as regiões “na mesma razão em que diminuíram todas as transferências do Estado no seu conjunto”, Passos Coelho venceu que “não existe aqui nenhuma quebra de solidariedade” ou “discriminação negativa” em relação aos Açores e à Madeira.

Em relação à revisão do diferencial fiscal, além de não se comprometer com um calendário, também não avançou com uma nova taxa, dizendo que terá de continuar a haver “garantias e mecanismos” de equilíbrio financeiro e de redução da dívida pública no conjunto do país.

Em relação à Madeira, mostrou-se confiante em que a região cumpra com sucesso o programa de ajustamento financeiro que está em execução, para que depois possa, também ela, voltar a beneficiar do diferencial fiscal.

Liberalização das ligações aéreas no Verão de 2015

As ligações aéreas aos Açores estarão liberalizadas no Verão de 2015, depois de “um entendimento perfeito” alcançado com o governo Regional em relação aos aspectos que estavam a bloquear o dossiê, anunciou o Primeiro-Ministro. “Demorámos algum tempo a chegar a esta solução final. Mas aguardamos agora que da parte do Governo Regional nos seja remetida então uma proposta que sintetize o entendimento que foi gerado nesta reunião e que nos permitirá, em tempo útil, poder cumprir as regras europeias nesta matéria e a partir do próximo verão IATA ter já estas linhas a funcionar”, afirmou.

Pedro Passos Coelho, que falava no final de uma reunião com o presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, em Ponta Delgada, afirmou que será possível liberalizar as rotas entre o continente e as ilhas de São Miguel e Terceira “sem agravar” os encargos actuais da República de 16 milhões de euros anuais associados às obrigações de serviço público nestas ligações. “Temos

a convicção, como Governo Regional também, de que sem agravar estas responsabilidades poderemos produzir esta liberalização das linhas, que permitirão, em primeiro lugar – que mais açorianos, residentes, portanto – e estudantes possam beneficiar destas obrigações – que face à liberalização terão encargos menores. Mas sobretudo estamos convencidos de que conseguiremos atrair um fluxo muito significativo de novos turistas que procurarão a Região Autónoma dos Açores”, salientou.

Segundo explicou, o que estava a bloquear este dossiê eram “aspectos relacionados com o encaminhamento de não residentes” dentro do arquipélago, mas ficou acordado que “haverá, dentro das responsabilidades das obrigações de serviço regional, capacidade para poder resolver” esta questão, “sendo que a República não deixará de transferir para o Governo Regional aquilo que eram os montantes que até aqui despendia com as obrigações de serviço público”.

Na reunião de dia 27, que tanto Passos Coelho como Vasco Cordeiro consideram “produtiva”, os chefes dos dois governos chegaram, por outro lado, a um acordo para, até final do ano, ser feito um “levantamento” das dívidas do Serviço Nacional de Saúde ao Serviço Regional de Saúde, e vice-versa. O levantamento incluirá também o serviço de saúde madeirense e, para além de ter como objectivo acabar com as dívidas, servirá também de base a um protocolo a ser assinado entre as duas regiões e a República nesta matéria, ainda segundo Passos Coelho.

Quanto ao centro regional da RTP, o Primeiro-Ministro reiterou que aguarda uma posição do Conselho de Independentes da rádio e televisão pública sobre esta questão. Vasco Cordeiro salientou a urgência de haver uma solução para este dossiê, “sob pena” de já não haver serviço público de rádio e televisão nos Açores quando ela for encontrada.

A gestão partilhada do mar e dos recursos marinhos - que os Açores consideram ter um “carácter verdadeiramente essencial” - e uma maior participação dos Açores em algumas áreas de relacionamento externo do Estado português fizeram também parte da agenda desta reunião.

Passos Coelho chegou no dia 26 à noite aos Açores, onde ficou até 29 de Outubro. Nesta deslocação aos Açores, o Primeiro-Ministro passou por quatro das nove

ilhas do arquipélago, em dois dias, sempre acompanhado pelo presidente do Governo Regional, o socialista Vasco Cordeiro. Passos Coelho começou o dia com um pequeno-almoço no famoso Peter Café Sport, cheio de recordações dos iates que passaram pela cidade da Horta, na ilha Faial, e conhecido pelo seu gin tónico. Acompanharam-no o presidente do Governo Regional dos Açores, o presidente da Câmara Municipal da Horta, o ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional e o ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes. Seguiu-se um passeio à chuva no cais, junto ao muro colorido com pinturas de marinheiros das várias partes do mundo, onde foi acrescentada uma inscrição assinalando a passagem do Primeiro-Ministro pela Marina da Horta, com um espaço reservado para a sua assinatura, com Passos Coelho a tentar escrever o seu nome. Depois, o Primeiro-Ministro viajou por mar até à ilha do Pico, no “ferry” Gilberto Mariano, que atravessou os cerca de oito quilómetros do Canal do Faial.

À chegada à vila da Madalena, Passos Coelho ouviu uma banda tocar o hino nacional e o hino dos Açores e foi recebido afectuosamente por uma luso-americana que o chamou de “amor da sua vida” e logo alargou esse título ao presidente do governo regional: “São os amores da minha vida”. A mulher, de 61 anos, disse à Lusa ser da opinião de que o Primeiro-Ministro “tem posto Portugal no seu devido lugar” e adiantou que não tem “cor política” e admira muitos políticos: “Também gosto muito do Presidente Obama e gosto muito do presidente da Câmara”.

Numa sessão solene na Câmara Municipal da Madalena, Passos Coelho defendeu o planeamento de “políticas estáveis” para travar a prazo o “declínio demográfico” em Portugal. O Primeiro-Ministro considerou que “a maior abertura” da economia portuguesa vai trazer “oportunidades do ponto de vista económico e social muito relevantes também para os Açores”, destacando o sector do turismo. A seguir, viajou de avião militar para a Base Aérea das Lajes, na ilha Terceira, acompanhado pela secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral. Nas Lajes, assistiu a um “briefing”, subiu à torre de controlo e reuniu-se com a comissão representativa dos trabalhadores portugueses nesta base aérea.



IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”

“Ponto de honra” tirar Portugal do défice excessivo



O presidente do PSD assume como “ponto de honra” tirar Portugal do procedimento por défice excessivo em 2015, afirmando que o Governo adoptará “uma estratégia que garanta” esse objectivo. Pedro Passos Coelho contestou desta forma as “profecias e previsões que possam aparecer” e que “lancem dúvidas” sobre a redução do défice orçamental para menos de 3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano - a meta inscrita no Orçamento do Estado para 2015 é 2,7 por cento, e anteriormente esteve prevista uma redução para 2,5 por cento. “Quero aqui reafirmar que é para nós um ponto de honra tirar Portugal do défice excessivo em 2015. É um ponto de honra”, declarou o Primeiro-Ministro, num hotel de Lisboa, segunda-feira, na conferência inserida nas IV Jornadas “Consolidação, Crescimento e Coesão”, promovidas pelo PSD, sobre o Orçamento do Estado para 2015.

“E, apesar de todas as profecias e previsões que possam aparecer que lancem dúvidas sobre essa matéria, garanto-vos: o Governo nunca deixará de adoptar uma estratégia que garanta que em 2015 nós vamos sair do défice excessivo. Esse é um compromisso com a responsabilidade com que fomos eleitos e que devolvemos aos portugueses”, acrescentou o presidente do PSD.

Numa intervenção que durou cerca de 50 minutos, Passos Coelho falou da forma como está organizado o Estado, para considerar que “precisa ainda de uma reforma maior do que aquela que foi feita até hoje”. O Primeiro-Ministro reclamou estar a seguir um caminho “de responsabilidade e de recuperação” e rejeitou estar



a governar em função das legislativas de 2015. “Não é por estarmos em ano de eleições que estamos agora a prometer tudo a toda a gente. Sabemos o que custou isso em 2009 a Portugal quando um Governo achou que era assim que se devia ganhar as eleições”, afirmou o Primeiro-Ministro, numa crítica à anterior governação socialista de José Sócrates.

Além disso, prometeu políticas “transversais” a favor de “uma sociedade mais amiga da família e das crianças”, apontando a proposta de alteração ao código do IRS como “o primeiro sinal de um conjunto de medidas” nesse sentido.

Para o líder do PSD, este é o momento para “aqueles que têm endurance” e não para políticos que consideram ter agora “melhores oportunidades” do que há um, dois ou três anos. “Não lutámos para nos aborrecermos à primeira contrariedade, para baixarmos os braços ao primeiro sinal de desalento, ou apenas porque há políticos que consideram que hoje têm melhores oportunidades do que podiam ter tido há três, há dois ou há um ano. Não, este é o momento daqueles que têm verdadeira endurance, daqueles que sabem o que querem e que não precisam simplesmente de o proclamar, porque mostraram que sabem o que querem”, declarou Passos Coelho. “Este é o momento ainda em que se joga uma parte importante do nosso futuro, e nós estamos cá para fazer esse caminho”, frisou.

Antes, fazendo alusão ao projecto de alta-velocidade ferroviária que esteve na agenda dos anteriores executivos socialistas, o Primeiro-Ministro afirmou que a missão do Governo não está cumprida e associou o PS ao retrocesso do país: “A verdade é que este nosso trabalho não está acabado. E ainda bem que não está, porque se tivesse de vir a oposição em cima disto fazer alguma coisa, nós regressaríamos a alta velocidade - como todos se lembram, a alta velocidade - aos tempos de 2010 e 2011”.

No início da sua intervenção, perante uma plateia de militantes sociais-democratas, Passos Coelho agradeceu o “espírito de mobilização” das estruturas do PSD e a sua “estabilidade” e “determinação” nos últimos três anos, que apontou como cruciais para a governação.

O presidente do PSD referiu que aparecem por vezes “vozes dissonantes”, com “mais eco” do que as dos “milhares de militantes anónimos”, mas que constituem “um estímulo ainda redobrado”.

Em seguida, reclamou que o executivo cumpriu o seu “caderno de encargos” - pôs fim “ao período de assistência”, à “emergência financeira”, acabou com “um ciclo recessivo e com uma espécie de tendência para o abismo” e conseguiu “resgatar a credibilidade do país e gerar confiança” interna e externa - e tem “resultados concretos” para apresentar em matéria de redução da despesa pública, crescimento económico e emprego.

Passos Coelho alegou que há quem faça “exercícios desesperados” para pôr em causa as estatísticas e acusou



a oposição, em especial o PS, de não reconhecer esses “resultados concretos” obtidos sem a sua cooperação. Quanto à evolução da economia, disse que o “ponto de viragem” para o crescimento foi 2013: “Exactamente como eu tinha dito no Verão de 2012 no Pontal”.

A propósito da evolução do emprego, aproveitou para criticar José Sócrates: “Não sei se se lembram dos 150 mil postos de trabalho que um primeiro-ministro chegou a prometer que ia criar. Nós criámos 160 mil postos de trabalho, e não prometemos coisa nenhuma nessa matéria”.

Em matéria de redução da despesa, alegou que não foi maior devido às “restrições” impostas pelo Tribunal Constitucional.

Pedindo apoio para continuar o projecto de “uma sociedade mais equilibrada, mais aberta”, Passos Coelho declarou: “Nós no PSD sabemos o que queremos. Nós sabemos que os portugueses não querem deitar fora os sacrifícios que fizeram, e nós lutaremos para que

resultados sejam regados todos os dias, cresçam todos os dias e sejam devolvidos aos portugueses em sinal de confiança pelo trabalho que foi realizado”.

Pedro Passos Coelho lamentou que os partidos da oposição revelassem “paroquialismo” ao não marcarem presença na condecoração do ex-presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, pelo Presidente da República, Cavaco Silva. “É extraordinário que, tendo o Presidente da República decidido assinalar essa circunstância - numa cerimónia que, no fundo, pretende distinguir alguém que obteve essa distinção lá fora, reconhecida por todos - não tivesse havido um único partido da oposição que se tivesse feito representar nessa cerimónia. Como isto mostra o paroquialismo, para não dizer outra coisa, de muita gente na sociedade política em que ainda habitamos”, disse o presidente do PSD, apontando Durão Barroso como “um português que presidiu à Comissão Europeia no período mais conturbado e difícil da própria Europa desde a Segunda Guerra Mundial”.



Comemorações do 36.º aniversário da UGT

Debate sobre crescimento e austeridade é “infantil”



“O debate mais infantil a que tenho assistido desde o início da crise da dívida é o debate sobre o crescimento e a austeridade. Ele tenta resolver [um problema], como é próprio das crianças, apresentando um desejo sem atender à realidade. Não há ninguém na Europa que não queira crescer. Desde que Portugal integrou a moeda única nunca tivemos um período com tanto financiamento para crescer. Não foi por falta de financiamento que Portugal não cresceu”, afirmou o Primeiro-Ministro, que intervinha na sessão de encerramento do seminário “Diálogo Social pela Educação e Formação - estratégias de intervenção e concertação para o desenvolvimento e o emprego”, por ocasião do 36.º aniversário da UGT, em Lisboa, dia 29.

Pedro Passos Coelho desafiou os “agentes políticos e sociais” a debater “com exigência de clareza” as diferentes propostas para o futuro do país, e condenou o “debate infantil” sobre “crescimento e austeridade”. “Temos de pôr as nossas diferentes estratégias em cima da mesa, os nossos diferentes diagnósticos e os nossos diferentes caminhos para o futuro. Com clareza e afirmação de escolhas. Debate não é a crítica pela crítica”, afirmou, acrescentando que esse “é um dever de todos os agentes políticos e sociais”.

“A resolução eficaz e credível dos nossos problemas estruturais não é compatível com uma fuga permanente às questões difíceis”, considerou o primeiro-ministro, que atribuiu o “colapso que o país sofreu em 2011” à “estagnação económica”, ao “fechamento ao mundo e ao imobilismo político”.

Passos Coelho reiterou as previsões do Governo para o crescimento da economia em 2015, considerando que “é uma meta realista” estimar um crescimento de 1,5 por cento, admitindo que “as observações empíricas” afirmam que o país precisa de crescer pelo menos 2 por cento ao ano.

Referindo-se aos últimos dez anos da economia portuguesa, Pedro Passos Coelho lamentou que esta tenha parado, “enquanto a economia mundial crescia”. “Vivemos uma estagnação económica e política e o colapso de 2011 [ano em que Portugal recorreu à ajuda externa] foi consequência dessa situação”, afirmou o chefe do Governo. “Perante as lições dos últimos anos temos que ser exigentes sobre o futuro do País. Não nos podemos contentar com páginas vazias. Temos que pôr as diferentes estratégias em cima da mesa e evitar a crítica pela crítica. Queremos uma discussão informada sobre objectivos concretos”, apelou.

Passos Coelho manifestou, uma vez mais, que quer colocar o tema da natalidade no centro do debate público. “Há vários meses que insisto na necessidade de colocar a natalidade no topo do debate público. Este tema tem uma profundidade e seriedade que nos obriga a agir agora. Não há margem para mais adiamentos”, frisou o Primeiro-Ministro, destacando que o programa que o Governo quer levar a cabo exige a “difícil conciliação da vida profissional com as obrigações de maternidade e paternidade”. “Queremos facilitar, cada vez mais, a vida das famílias e os seus projectos. Esta estratégia é fundamental para o futuro do País” e não se “resume a incentivos fiscais”.

Com Jornal de Negócios

Primeiro-Ministro felicita Dilma Rousseff pela reeleição

O Primeiro-Ministro felicitou a Presidente brasileira, Dilma Rousseff, pela sua reeleição, reiterando o empenho do governo de Lisboa no aprofundamento das relações bilaterais com “o principal parceiro comercial” na “América do Sul e Central”. “Quero, em nome do Governo de Portugal e no meu próprio, apresentar a Vossa Excelência as minhas sinceras felicitações pela sua reeleição para o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, desejando os maiores êxitos no novo mandato”, lê-se na carta que Passos Coelho enviou a Dilma Rousseff.

O líder do executivo destaca “o empenho” quanto ao “relacionamento bilateral” entre Portugal e Brasil dada a “riqueza de oportunidades existentes”, em virtude dos “laços humanos e linguísticos”, a “inserção geográfica de cada país” e a “vontade mútua de explorar novas avenidas de cooperação”. “O Brasil é, incontestavelmente, o principal parceiro português na América do Sul e Central. A internacionalização da economia portuguesa tem um sido um eixo prioritário da acção do meu Governo. Desejamos por isso continuar a projectar as grandes empresas, mas também as pequenas e médias, numa lógica de coligação empresarial e cruzamento de vontades com as suas congéneres brasileiras”, diz ainda a missiva do chefe do Governo.

Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores) foi reeleita dia 26 de Outubro, na segunda volta das eleições presidenciais brasileiras, com 51,8 por cento dos votos, na mais renhida disputa eleitoral das últimas duas décadas, vencendo Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).



Primeiro-Ministro agradece a Durão Barroso “forma digna e empenhada” como liderou a União Europeia

Enquanto presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que terminou o segundo mandato dia 31 de Outubro, teve uma “acção decisiva [...] na defesa firme da estabilização da Zona Euro, através de um esforço colectivo e de cada um dos Estados europeus, que se consubstanciou, nomeadamente, na adopção de mecanismos de assistência e de estabilidade financeira e de programas de assistência aos países em maiores dificuldades”. Numa nota publicada pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho destaca que foi graças a “este esforço de estabilização e credibilização que permitiu ultrapassar, a partir do Verão de 2012, a fase mais aguda da crise” e “discutir a criação de uma verdadeira União Económica e Monetária e uma União Bancária que pretende, por um lado, pôr termo ao círculo negativo entre bancos e soberanos e, por outro, criar condições de maior igualdade no acesso ao financiamento”.

O Primeiro-Ministro endereçou a Durão Barroso os seus “sinceros agradecimentos, como português e europeu, pela forma digna e empenhada como liderou a União nesta década tão desafiadora e como honrou e prestigiou Portugal na Europa e no mundo”. Recordando que José Manuel Durão Barroso exerceu o cargo durante dois mandatos consecutivos, o que apenas foi superado por Walter Hallstein (1958-1967) e Jacques Delors (1985-1994), o Primeiro-Ministro refere que “durante estes anos, muitas foram as vozes que anteciparam a instabilidade e a insustentabilidade do projecto europeu”, os quais “foram, infelizmente, receios reais, mas que se encontram hoje, em grande medida, ultrapassados”, sendo “justo reconhecer o mérito daqueles que trabalharam para o evitar e a Comissão Europeia, e em particular o seu presidente, teve aqui um papel fundamental”.

“Portugal tem sempre sido um fervoroso defensor do método comunitário e da centralidade do papel da Comissão, pilares de um verdadeiro projecto europeu” e “sempre partilhámos, com o Presidente da Comissão Europeia hoje cessante, a convicção do papel central do executivo comunitário na identificação dos interesses europeus, assim como na reconciliação de interesses distintos dos Estados-membros”, sendo de “inteira justiça afirmar que a Comissão Europeia e o Dr. Durão Barroso souberam, em todos os momentos, identificar o interesse europeu, quer na definição urgente de respostas para enfrentar a crise, quer dotando a União de meios e instrumentos de que não dispunha, quer ainda na construção de uma União mais forte e solidária”.

Os 10 anos da presidência de Durão Barroso, refere ainda o Primeiro-Ministro, “revelaram-se de uma complexidade inesperada”: “A União Europeia enfrentou crises consecutivas, de naturezas institucional, económica e geopolítica. Transformou-se num clube de 28 Estados-Membros, partindo de um número que, em 2004, não ultrapassava os 15. Enfrentou os desafios da rejeição, em 2005, do Tratado Constitucional e as dificuldades da negociação do Tratado de Lisboa, em 2007. Atravessou a crise económica e financeira internacional, que mais tarde afectaria com especial intensidade sobre a Europa, ameaçando mesmo a integridade da zona Euro. Lidou com desafios internacionais, como o agravamento do terrorismo, a instabilidade na fronteira Leste da União e as mudanças políticas no Norte de África e Médio Oriente. Enfrentou uma Europa na qual, pela primeira vez em muitas décadas, o populismo e o nacionalismo ganham cada vez mais força”.

Em termos nacionais, “a liderança de dez anos do Dr. Durão Barroso à frente da Comissão é, antes de mais, um símbolo do compromisso do sistema político-partidário português com o projecto europeu. A aceitação do con-



vite por parte do Dr. Durão Barroso, em 2004, reuniu um amplo consenso entre os principais órgãos e instituições nacionais. A sua redesignação, em 2009, colheu o apoio activo do Governo de então, no que foi acompanhado pelo principal partido da oposição, tendo sido votada por larga maioria no Parlamento Europeu”, escreve Pedro Passos Coelho, que acrescenta que Durão Barroso “deu assim expressão a um longo e amplo consenso nacional em torno da participação na construção europeia, tendo convivido de forma construtiva e dialogante com os diferentes Governos de Portugal” e “foi um excelente presidente da Comissão Europeia e um leal representante do nosso País no Colégio de Comissários, merecendo, por isso, o reconhecimento e o elogio de todos os portugueses”.

O Primeiro-Ministro aponta, igualmente, “o papel do Dr. Durão Barroso no apoio às posições e na compreensão das sensibilidades nacionais em negociações particularmente importantes para o nosso País”, exemplificando com a “negociação dos dois quadros financeiros da União, o último dos quais particularmente difícil, num contexto em que a maioria dos Estados-Membros defendeu uma redução nominal dos montantes globais”, mas “Portugal conseguiu, no entanto, um excelente resultado, aliado à Comissão na defesa de uma Europa solidária e na valorização de uma Política de Coesão reforçada” e com o “último Conselho Europeu, em que a intervenção do Presidente da Comissão Europeia permitiu uma solução muito positiva para as posições nacionais em matéria de reforço das interconexões e de concretização do mercado europeu de energia”.

Pedro Passos Coelho exprime “a profunda convicção

de que a herança, a coragem e o exemplo do Dr. Durão Barroso em muito contribuirão para que os novos altos dignitários da União Europeia prossigam, com sucesso, este esforço permanente de construção de uma Europa mais forte, mais igual e mais unida. Em suma, na edificação de um projecto de verdadeira integração europeia, no qual todos nos revemos”.

Em declarações à Lusa, o eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, elogiou igualmente o “serviço inestimável” de Durão Barroso em manter unida a Europa. “O presidente Barroso deixa uma marca muito forte, essencialmente de persistência, de resiliência, de ser capaz de manter a Europa unida e de manter o projecto europeu com esperança e com capacidade para agora arrancar de novo”.

Rangel regressa 10 anos atrás para dizer que, após ter assumido a presidência da Comissão Europeia, em 2004, Durão Barroso conseguiu absorver sem problemas a entrada dos países de leste (há 10 anos a União Europeia tinha 15 países e hoje são 28) e ultrapassar, através do Tratado de Lisboa, a “crise institucional grave” aberta pela rejeição de franceses e holandeses, em referendo, ao Tratado Constitucional. “Quando isso estava resolvido, apareceu a maior crise de todas - a crise da zona euro e das dívidas soberanas - e aí a ‘Comissão Barroso’ conseguiu uma coisa excepcional, manter toda a gente no barco”, afirmou Paulo Rangel, que considera esse um “serviço inestimável” na defesa “na moeda única e da União Europeia”.

Para o social-democrata, os últimos 10 anos demonstraram que “em tempo de tempestade e de tormentas, Durão Barroso soube ser um factor de equilíbrio, de estabilidade e de confiança no projecto europeu”.

José Matos Correia na V Convenção social-democrata do distrito de Setúbal

Merecer a confiança dos portugueses

O vice-presidente do PSD, José Matos Correia, considera que o Governo tem de voltar a merecer a confiança dos portugueses nas próximas eleições legislativas, que, frisou, “devem realizar-se em Outubro de 2015”. “Se não formos nós a merecer a confiança dos portugueses, tudo aquilo que fizemos nos últimos anos irá por água abaixo”, disse, acrescentando que “a opção dos portugueses será entre a verdade e o carácter e entre a mentira e a mistificação”.

Já a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, sustentou que o Governo teve a preocupação de fazer um orçamento que permite algumas melhorias nas condições de vida dos portugueses, mas que é também um “orçamento de rigor e responsabilidade”. “Temos de nos focar essencialmente naquilo que temos capacidade de influenciar e não há nenhuma razão para que não possamos continuar a fazer o nosso caminho, dando cada vez mais espaço às empresas, para que possam continuar a investir, a criar emprego, a olhar para o mercado externo”, enalteceu a ministra, salientando o esforço das empresas portuguesas na conquista de novos mercados nos últimos anos.

Maria Luís Albuquerque referiu-se ao novo quadro de fundos europeus, “Portugal 2020”, e assegurou, ainda, que o Orçamento do Estado para 2015 “mantém o caminho da recuperação e da sustentabilidade”. A ministra das Finanças justificou também a redução do Imposto sobre Rendimento Colectivo (IRC), defendendo que o alívio da carga fiscal sobre as empresas é importante, porque “são as empresas que criam emprego”. “A principal aposta tem de ser nas empresas e na iniciativa privada, porque o Estado tem escassez de recursos e uma dívida muito elevada para pagar, o que obriga a continuar a reduzir o défice e a conseguir excedentes primários que permitam reduzir a dívida”, disse, reconhecendo que é devido a estas restrições que falta dinheiro para mais investimento público.

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD e deputado, Bruno Vitorino, espera contar com a actual ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, como cabeça-de-lista pelo distrito nas eleições legislativas de 2015. “Sei que ainda não há indicações da nacional do Partido sobre este tema, no entanto não posso deixar de enaltecer as qualidades humanas e políticas da actual ministra das Finanças, cuja competência é reconhecida por todos, e que apesar de ter sempre uma agenda sobrecarregada nunca deixou de acompanhar as questões da região”, sublinhou.

Esta iniciativa contou, ainda, com a participação de Castro Almeida, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Miguel Frasquilho, presidente da AICEP, e dos restantes deputados eleitos pelo círculo de Setúbal (Pedro do Ó Ramos, Mercês Borges, Paulo Simões Ribeiro e Nuno Matias).



Carta do coordenador do PSD

Seria um “desastre nacional” regressar ao modelo de governação da bancarrota



O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, considera que seria “um desastre nacional” regressar ao modelo de governação do PS, que acusa de fugir aos consensos e de não apresentar soluções “para o presente, nem para o futuro”. “Se é uma verdade insofismável que hoje Portugal está em boas mãos, é igualmente indispensável afirmar e explicar que voltar para trás seria um desastre nacional e um regresso ao modelo de governação que nos fez passar por tantas dificuldades”, afirma Marco António Costa, numa carta enviada aos conselheiros nacionais.

No documento, o coordenador da Comissão Política Nacional do PSD tece fortes críticas ao Partido Socialista, que acusa de correr “contra o tempo, na busca da preservação do designado ‘silêncio dos culpados’”.

Marco António esclarece que durante a discussão sobre o OE2015 os adversários do partido e do Governo “procurarão colocar o foco no tema da antecipação das eleições [...] uma tática do PS para ver se evita uma longa exposição ao escrutínio dos ‘media’ e da opinião pública”. “Tentarão fugir à assunção da responsabilidade de terem lançado o país na bancarrota, de nada terem feito, durante a fase do resgate, para ajudar Portugal e de, agora, fugirem à construção de consensos ou ainda de fugirem à apresentação de soluções concretas para matérias tão relevantes como a sustentabilidade da dívida ou a reforma da segurança social”, insiste.

A carta enviada pelo porta-voz insere-se no âmbito das sessões de apresentação sobre o Orçamento do Estado para 2015 que o PSD promove até 11 de Novembro, em todos os distritos do país.

Lançando um apelo à participação dos militantes neste debate, Marco António Costa assume na carta que este servirá para “expor este tacticismo irresponsável [do PS], bem como não permitir que se mantenha esta postura habilidosa de fugirem à responsabilidade”.

Este Orçamento está associado “a uma fase de transição” que, “após três anos de resgate, abre espaço a um novo tempo que os sinais positivos confirmam”, nomeadamente, através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) “acima da média europeia”, do emprego e da devolução dos “rendimentos” aos funcionários públicos e pensionistas. “O ano de 2015 abre um novo tempo para um Portugal mais forte e solidário que se construirá ao longo da próxima legislatura assente em alicerces sólidos, apoiado por um novo quadro comunitário (25 mil milhões de euros) que ajudará a impulsionar ainda mais o crescimento económico já em curso”, sublinha o vice-presidente.

Marco António Costa remata, dizendo: “Sabemos que Portugal não pode contar com o PS para o presente, nem para o futuro. Quanto ao passado, sabemos que o legado do PS foi a bancarrota”.

Matos Rosa e Luís Montenegro na tomada de posse do PSD de Oliveira do Bairro



O secretário-geral, José Matos Rosa, e o presidente do grupo parlamentar, Luís Montenegro, estiveram na sessão de tomada de posse dos novos órgãos da concelhia do PSD de Oliveira do Bairro, dia 31 de Outubro. Amílcar Simões Pereira é o presidente da Comissão Política de Secção.



Défice melhora 1400 milhões de euros



Nos primeiros nove meses de 2014, o saldo orçamental provisório das Administrações Públicas cifrou-se em -3989,8 milhões de euros, o que traduz uma melhoria de 1421 milhões face a igual período do ano anterior, justificado pelo aumento da receita em 1374 milhões e pela redução da despesa em 75 milhões de euros. Excluindo os juros, o saldo regista uma melhoria de 1654 milhões, fixando-se num excedente de 1388 milhões, contribuindo para este resultado também a redução da despesa primária (despesa excluindo os juros) em 307 milhões de euros. Estes números da execução orçamental dos três primeiros trimestres foram divulgados pela Direcção Geral do Orçamento.

O saldo global da Administração Central registou, em Setembro, em termos homólogos, uma melhoria de 163 milhões de euros, sobretudo justificado pela redução da despesa em 187 milhões. Em termos acumulados até Setembro, o saldo global registou uma melhoria de 447,5 milhões. O excedente primário cifra-se em 387,8 milhões, o que traduz uma melhoria de 419,2 milhões face ao valor registado em igual período do ano anterior.

Entre Janeiro e Setembro de 2014, a receita fiscal líquida acumulada do Estado ascendeu a 27 559,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7,3 por cento e um aumento da receita fiscal cobrada de cerca de 1900 milhões face a Setembro de 2013, superando objectivo de crescimento previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2014.

A receita líquida acumulada de IVA cresceu 7,7 por cento e a receita líquida do IRS cresceu 11 por cento face a igual período de 2013. Em conjunto, a receita de IVA e IRS superaram em 1676 milhões a receita cobrada até ao mesmo período de 2013, o que mostra a recuperação

da actividade económica e a crescente eficácia das novas medidas de combate à evasão fiscal e à economia paralela.

Até Setembro, o saldo global da Segurança Social ascendeu a 498,8 milhões, mais 71,3 milhões que em igual período do ano passado. A receita registou um decréscimo de 0,1 por cento, o qual foi justificado essencialmente pelo menor volume de transferências do FSE (-32,6 por cento). Em sentido contrário, é de salientar o aumento da receita de contribuições e quotizações (3,3 por cento). A despesa diminuiu 0,5 por cento.

Nos primeiros nove meses, a Administração Local teve um saldo orçamental positivo de 407,4 milhões, em resultado da redução da despesa (-11,6 por cento) que mais que compensa a redução da receita (-1,8 por cento). Excluindo o efeito do pagamento de dívidas de anos anteriores, no âmbito do PAEL, o saldo orçamental, em 2014, seria de 490,7 milhões, o que representa uma melhoria de 203,5 milhões face a igual período de 2013.

A Administração Regional apresentou, até Setembro de 2014, um saldo orçamental de -335,8 milhões. Excluindo o pagamento de dívidas de anos anteriores, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira da Madeira e a receita extraordinária da concessão da ANAM em 2013, o saldo orçamental da Administração Regional cifrar-se-ia em -52,2 milhões, o qual se compara com um saldo de 2,9 milhões em igual período do ano anterior.

Rui Machete quer aprofundamento de parcerias empresariais luso-espanholas

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, exortou as empresas portuguesas e espanholas a aprofundarem a cooperação para chegarem a mercados como a América Latina e África, contando com o apoio dos governos dos dois países. "Temos de aproveitar o potencial de cooperação entre as empresas dos dois países, para que estas tirem partido das inúmeras oportunidades de negócio que se podem identificar em mercados de forte crescimento, como a América Latina ou a África, espaços de actuação natural para as nossas empresas e nas quais uma abordagem conjunta pode constituir uma evidente mais-valia", defendeu o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, durante um almoço de empresários promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola (CCILE), em Lisboa.

Rui Machete sublinhou a necessidade de "dar esse passo em frente" para "criar um ambiente de cooperação empresarial abrangente, dirigido pelos interesses e motivações identificadas pelo sector empresarial, mas que possa contar com o apoio potenciador dos respectivos governos, que estimule a formação de verdadeiras e múltiplas parcerias empresariais luso-espanholas".

O ministro considerou que, apesar das profundas relações económicas entre Lisboa e Madrid, há um "enorme potencial de incremento das relações empresariais". "Devemos incentivar uma maior partilha de informação entre as empresas e administrações dos dois países", argumentou.

Para Machete, "as empresas devem incentivar os governos a adoptar reformas" políticas, nomeadamente a nível de infra-estruturas, energia ou transportes, "mas também em termos de políticas reguladoras ou de apoio ao investimento e à internacionalização".

Os executivos devem ainda criar uma "maior complementaridade entre as legislações, em prol da



melhoria de condições favoráveis ao investimento e à internacionalização".

Sobre as relações económicas, Machete destacou que Espanha "continua a ser o principal parceiro comercial" de Portugal: no ano passado, foi o principal cliente, sendo destino de 23 por cento das exportações nacionais, e também fornecedor, representando 30 por cento das importações portuguesas.

As exportações para Espanha alcançaram em 2013 cerca de 10,2 mil milhões de euros, um acréscimo de mais de mil milhões de euros face a 2012, o que representa um crescimento de cerca de 10 por cento.

Já este ano, Espanha mantém-se como principal

destino das exportações e serviços nacionais, registando já um crescimento de 2,6 por cento em termos homólogos. "Se excluirmos os produtos energéticos, segundo os dados dos primeiros oito meses de 2014, este incremento atingirá os 7 por cento, devido aos sectores têxtil, agro-alimentar e de fornecimento ao sector automóvel, aproveitando a progressiva recuperação da procura interna e um cenário económico mais favorável, que também em Espanha se faz sentir", destacou Rui Machete.

Espanha também foi, em 2013, o principal investidor em Portugal, sendo responsável por 22 por cento do total, sendo este ano superada pelo Brasil.

Portugal e Colômbia vão cooperar na área da Defesa



A visita do ministro da Defesa português à Colômbia “foi um sucesso” e o balanço, segundo Aguiar-Branco, “não pode ser melhor no que diz respeito aos contactos políticos bilaterais e aos contactos do ponto de vista empresarial”. Do ponto de vista político, Aguiar-Branco lembrou a reunião bilateral que teve dia 29 de Outubro, com o homólogo colombiano, na qual ficou decidido que Portugal e a Colômbia vão estabelecer um acordo de cooperação na área da Defesa, que irá abranger varias áreas específicas, nomeadamente no sector naval, como a utilização de meios e capacidades portuguesas, como submarinos e navios patrulha oceânicos, por aquele país da América Latina.

Também a nível político, Aguiar-Branco reuniu com a ministra dos Negócios Estrangeiros colombiana, a quem reiterou o apoio político “sólido e muito estruturado” que Portugal já tinha dado ao processo de paz em curso na Colômbia.

Do ponto de vista empresarial, o ministro destacou a presença de 13 empresas portuguesas da área da Defesa no “stand” da empresa pública portuguesa IDD - Plataforma para as Indústrias de Defesa na Expodefensa - Feira Internacional de Defesa e Segurança, a decorrer em Bogotá. A presença na feira é “muito positivo, porque traduz a abertura das empresas para o “potencial de oportunidades” de “um novo mercado”, o da Colômbia, sintetizou o ministro, que visitou a Expodefensa e o “stand” da IDD.

O ministro da Defesa considera a Colômbia como um mercado “importantíssimo” para as empresas portuguesas da área da Defesa, frisando que, a este nível, é “inegável” o interesse daquele país da América Latina em Portugal.

“Espero que saiam bons negócios para Portugal” da presença das empresas portuguesas na feira, através da acção da IDD, que “é um marco que mostra, pela primeira vez, que a Defesa Nacional não é concorrente, mas sim parceira das indústrias de Defesa portuguesas, nomeadamente das pequenas e médias empresas, que têm necessidade de se internacionalizar e de conhecerem novos mercados”.

Segundo o ministro, a Colômbia “tem uma grande experiência” em matérias como o combate ao narcotráfico e a situações de terrorismo e de pirataria, e, por isso, Portugal “estabelecer laços de interoperabilidade, de troca de conhecimentos e de informação” com aquele país naquelas áreas “significa que há um espaço de resposta conjunta mais forte”.

Comissão Europeia aprova criação de Banco de Fomento

A Comissão Europeia aprovou a criação de uma Instituição Financeira de Desenvolvimento em Portugal, por considerar que este ‘banco de fomento’ permitirá melhorar o acesso das PME ao financiamento, sem violar as regras comunitárias da concorrência. O executivo comunitário decidiu conceder esta aprovação até 31 de Dezembro de 2020, por entender que “o mercado de financiamento das Pequenas e Médias Empresas [PME] e, em especial, o âmbito das falhas de mercado podem evoluir”, e admite desde já prorrogar este prazo, na sequência de uma nova avaliação.

Em comunicado, a Comissão indica que concluiu que os planos que lhe foram comunicados pelo Governo, em agosto passado, “estão em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais” e que “verificou, em especial, que as medidas permitem corrigir falhas de mercado que impedem o acesso das Pequenas e Médias Empresas ao financiamento, sem provocar distorções indevidas da concorrência”. “A Comissão considerou que esta medida constitui um meio adequado e proporcionado de conceder financiamento às PME em casos de existência comprovada de uma falha de mercado. As distorções da concorrência serão limitadas, uma vez que a IFD (Instituição Financeira de Desenvolvimento) será um operador grossista que irá não só conceder financiamento através de outros intermediários financeiros, como também gerar co-investimento por investidores privados”, apontou o executivo comunitário.

Bruxelas recorda que foi notificada em agosto de 2014 pelas autoridades portuguesas sobre a intenção de criação da IFD, financiada pelo Estado português e pelos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), com o objectivo de assegurar a gestão de fundos de participação ou fundos especializados e facultar às PME acesso ao financiamento numa base de co-investimento com investidores privados.

“A IFD irá gerir e canalizar os fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) atribuídos a Portugal para o período de financiamento de 2014-2020, bem como os reembolsos dos programas financiados pelos FEEI”, nota Bruxelas.

O executivo comunitário aponta ainda que “Portugal comprometeu-se a notificar a Comissão de qualquer nova injeção de capital na IFD para efeitos do controlo dos auxílios estatais”, e refere que a presente decisão “não abrange quaisquer outras actividades que possam vir a ser confiadas à IFD e que terão de ser comunicadas à Comissão para efeitos de aprovação”. A nova instituição pública de crédito terá um capital inicial próximo dos 100 milhões de euros e pretende potenciar uma capitalização de 10 mil milhões de euros. A comissão instaladora do IFD é liderada pelo antigo director-geral do Millennium investment banking Paulo de Azevedo Pereira da Silva e mantém como vogais Carla Chousal, ex-administradora da RTP e do BPI, e Nuno Miguel Soares, que também integrou a direcção do BCP.



Jorge Moreira da Silva em entrevista

“Sou ministro da Energia, não das empresas de energia”

O ministro do Ambiente e Energia diz que a publicação dos preços de referência dos combustíveis, já a partir de dia 14, abre portas à descida dos preços. Moreira da Silva faz as contas ao impacto da sua reforma verde no custo da gasolina e do gasóleo. Sucedeu a Pedro Passos Coelho na liderança da JSD, na década de 90. Foi deputado nacional, eurodeputado e hoje é vice-presidente da comissão política nacional do PSD. A sua carreira esteve, sempre ligada à área do ambiente. Actualmente, Jorge Moreira da Silva é ministro do Ambiente, Ornamento do Território e Energia.

Vamos começar pela fiscalidade verde. Garante que esta reforma obedece ao princípio da neutralidade fiscal, mas a verdade é que ela só é neutra em termos globais. Não o é para todas as empresas nem para todas as famílias. Não havia já impostos suficientes?

Todos gostaríamos de promover um desagravamento fiscal alargado o mais rapidamente possível. Depois de termos conseguido iniciar o desagravamento do IRC, o governo gostaria - estou certo de que a oposição, os cidadãos e as empresas também -, de um desagravamento fiscal, que estaria, “no entanto, sempre dependente da possibilidade de o realizar. Havia uma questão em cima da mesa que era a de saber se, num contexto em que não podíamos desagrar impostos de uma forma generalizada, devíamos ou não ponderar opções de fiscalidade mais inteligentes, que poderiam, por via da redistribuição da carga fiscal, criar um incentivo ao crescimento, à sustentabilidade e ao emprego. O governo entendeu que deveria explorar esta hipótese da fiscalidade verde. A segunda questão foi saber como garantir que esta fiscalidade verde não prejudicaria a economia, a retoma do emprego e o crescimento. Estas matérias devem ser feitas de forma racional e independente e, por isso, em vez de seguirmos a cartilha sugerida por organizações internacionais, que colocaram em cima da mesa uma lista de impostos, em que tudo somado geraria uma receita de mais de dois mil milhões de euros - sem ter noção do efeito que isso teria na economia -, fizemos o inverso, que foi reunir uma equipa que, durante dez meses, estudou não só que impostos poderiam ser introduzidos, mas principalmente que efeito é que isso poderia ter na economia e no emprego.

O resultado é o aumento da carga fiscal?

Por via da fiscalidade verde encontra-se a receita que permite desagrar o IRS, nomeadamente o necessário para o coeficiente familiar. O governo só avançou para a reforma fiscal verde depois de ter a garantia de que ela seria neutra, na medida em que financiaria o desagravamento do IRS.

Neutral em termos globais.

Claro, em termos globais será neutra.

Não é neutra para toda a gente.

Durante muito tempo, muitos duvidaram de que se pudesse, por via da fiscalidade verde, desagrar em 150 milhões os impostos sobre as famílias, nomeadamente por via do coeficiente familiar. Sobre o efeito que isto vai ter em cada um de nós, dependerá da escolha que cada um fizer.

Tem alguma projecção de quantas famílias, quantos agentes económicos poderão beneficiar de alguma redução de impostos?

Tenho noção de que o país tem outros défices e outras dívidas, além do défice orçamental e do endividamento



externo. Muitas vezes não valorizamos esses défices.

Não está a responder à questão.

Já lá vou. O país não pode continuar viciado numa utilização intensiva de recursos. Isso mata a nossa economia e a nossa competitividade.

Também não podemos ficar viciados no aumento da carga fiscal.

De modo algum e, por isso, a carga fiscal verde permitiu o desagravamento de outros impostos. O que espero, depois desta via em que utilizamos a receita da fiscalidade verde para desagrar o IRS, é que também possam ser concretizados benefícios fiscais e créditos fiscais às empresas. Esse é o espírito global da reforma. Mas a fiscalidade verde procura que os comportamentos sejam reorientados, no sentido de maior sustentabilidade de quem produz e de quem consome.

Para quem está enterrado em impostos, isso não acrescenta nada.

Deixe-me fazer-lhe uma pergunta: se pudesse escolher, preferia, não sendo possível baixar os impostos, que lhe fosse dada a hipótese de ter algum desagravamento do IRS, financiado pela fiscalidade verde, em relação à qual pode fazer escolhas, ou preferia que não se avançasse com a fiscalidade verde e dessa forma também não pudéssemos baixar o IRS?

Esta foi, então, a solução possível?

Mas é uma solução que, se os cidadãos fizerem escolhas adequadas, baixará a carga fiscal. Esperamos que exista uma redução no consumo de combustíveis fósseis. Por isso é que tenho sido alvo de um ataque tão generalizado das petrolíferas.

Parece que a reforma da fiscalidade verde não faria sentido se não houvesse necessidade de baixar o IRS.

Não é isso. Na década de 90, Portugal tinha a quarta maior carga fiscal ambiental da União Europeia. Neste

momento tem a 14a. Isto quer dizer que os impostos sobre o trabalho e sobre as empresas aumentaram mais do que a fiscalidade verde. Gostaríamos, por via da fiscalidade verde, de criar condições para reequilibrar estes pesos. Era importante criar condições para taxar mais aquilo que se degrada e aquilo que se polui e menos aquilo que se produz.

É tirar de um prato da balança e pôr no outro?

Isso é importante para reduzirmos alguns padrões que são insustentáveis e que nos impedem de crescer. Um país que depende em 60% do petróleo é um país que, por mais que avance em inovação e práticas mais eficientes, não consegue crescer de forma sustentável. A fiscalidade verde cria condições para que produzir verde signifique vencer e consumir verde signifique poupar.

Como é que vai garantir a neutralidade fiscal após 2015, quando já houver outro governo?

Essa resposta está dada no espírito da reforma e no próprio diploma da reforma da fiscalidade verde. Por isso é que o governo optou por apresentar a reforma da fiscalidade verde numa lei autónoma e não no Orçamento do Estado, para garantir que não haveria nenhuma deturpação futura no espírito da reforma da fiscalidade verde. Não estamos a encontrar uma solução pontual apenas para este Orçamento.

Mas o futuro governo fica comprometido a manter tudo da reforma verde, incluindo a neutralidade?

A não ser que desvirtue uma norma programática, que é a da neutralidade fiscal Depois de este ano se ter encontrado como destino da receita verde o desagravamento do IRS, deve prosseguir-se esse desagravamento também com a introdução de créditos fiscais às empresas para eficiência energética.

A verdade é que tudo pode mudar.

A receita vai aumentar. A receita líquida da fiscalidade verde será de 150 milhões de euros, mas nos próximos anos, como a taxa de carbono - um dos elementos im-

portantes desta reforma fiscal - está indexada à cotação de carbono, vamos ter uma receita fiscal verde crescente. Era importante garantir que essa receita de fiscal verde fosse utilizada para desagravar outros impostos. Isso está previsto.

A neutralidade da reforma dependerá sempre do futuro governo.

Tudo depende das decisões que em cada legislatura se tomam.

Podemos ter uma situação em que a reforma dura um ano.

Essa não é uma responsabilidade que possa ser escrutinada neste momento. Estou confiante de que encontraremos nas próximas semanas, com o PS em especial, a capacidade de diálogo para que esta reforma possa ter um apoio alargado. Eu, como cidadão, questionar-me-ia por que razão foi possível encontrar um acordo para o IRC e não se encontra um acordo para que, por via da fiscalidade verde, se possa desagravar, não só os impostos sobre as empresas, mas os impostos sobre os cidadãos.

A disponibilidade do PS não é muita, pelas últimas declarações em relação ao IRS?

Espero que isso não se verifique. Todos nós estamos sob avaliação. Assim como o governo tem de reformar até ao último dia do seu mandato, também o maior partido da oposição tem a obrigação de apresentar alternativas e de apresentar um espírito de compromisso até ao último dia da legislatura.

A fiscalidade verde implica o aumento de 1,5 cêntimos por litro de combustível. Mas, se somarmos a contribuição rodoviária e o aumento da incorporação de biodiesel, os combustíveis vão aumentar os tais cinco cêntimos no gasóleo e seis cêntimos na gasolina, conforme diz a Galp?

Acho muito bizarra a discussão a que temos assistido nas últimas semanas. É, aliás, bastante estranha, quando comparada com a discussão noutros países europeus, onde se tem questionado porque se demorou tanto entre a descida do Brent e a descida dos preços da gasolina e do gasóleo. Em Portugal, de repente, a pretexto da fiscalidade verde, procurou-se criar uma ideia de agravamento dos preços dos combustíveis, que não só não está em linha com as estimativas que fazemos, como ainda por cima procura criar condições para que o debate não seja feito naquilo que é essencial.

O CEO da Galp responsabiliza o Orçamento e a reforma verde por esse aumento.

Tenho dito que a fiscalidade verde tem as costas largas. A fiscalidade verde tem uma taxa - taxa de carbono -, que resultará numa receita de 95 milhões de euros, que é necessária para reequilibrar os pesos relativos do esforço de descarbonização da economia. E vai gerar um aumento nos combustíveis de 1% - 1,5 cêntimos. Paralelamente, a contribuição rodoviária, não sendo do meu ministério, gerará um aumento de dois cêntimos, o que significa que estamos a falar de 3,5 cêntimos. E, de repente, nas últimas duas semanas fala-se de seis ou sete cêntimos. Fui procurando perceber, com desmentidos sucessivos da nossa parte, qual era o racional das petrolíferas em pôr estes números em cima da mesa. Cheguei à conclusão de que se tratavam dos biocombustíveis, e confesso o meu espanto porque este exercício que não tem nenhum tipo de alusão à realidade.

Não é verdade o que o CEO da Galp disse?

Não quero utilizar expressões tão fortes, até porque tenho estima pelo engenheiro Ferreira de Oliveira e não faço nenhum processo de intenção. Quero apenas dizer que esses números não estão baseados na abordagem que fazemos. As coisas mudaram, não existem preços administrativos para os biocombustíveis. Em 2015, existirão mudanças grandes na legislação sobre biocombustíveis, que introduzem concorrência. Segundo, as empresas têm, neste momento, títulos de biocombustível em "stock", que ainda podem utilizar. E terceiro, não é obrigatório que os biocombustíveis sejam originados a partir da



produção nacional, logo não existe também preço máximo. De acordo com as nossas estimativas, antecipa-se um aumento de 0,8 cêntimos na gasolina e não de 2,5 cêntimos, como tem sido dito pelas petrolíferas, e de 0,5 cêntimos no gasóleo e não de 1,2 cêntimos. Valores que somam aos 3,5 cêntimos. O que espero é que o petróleo desça, mas principalmente que exista mais concorrência e mais eficiência.

Este aumento do preço dos combustíveis não é contraproducente num ano em que o crescimento económico vai ser ainda frágil?

Se as pessoas não mudarem de vida, não seremos competitivos. Portugal é um dos países que mais utilizam transportes para produzir uma unidade de produto. Está, infelizmente, no topo europeu dos países com maior ineficiência na economia dependente da utilização de transportes. E somos também um dos países que mais utilizam energia para produzir uma unidade de produto. A nossa intensidade energética é muito maior do que a europeia e hoje sabemos que, para a competitividade, é essencial a utilização eficiente de recursos. Espero, obviamente, que o corte nas rendas excessivas, a promoção da concorrência, de maior equidade no acesso aos bens da energia possa prosseguir, ao mesmo tempo que os sinais dados por via da fiscalidade verde não sejam apenas para os consumidores, mas também para os produtores. A fiscalidade verde introduz uma outra racionalidade. Todos faremos as nossas contas, olharemos para a nossa factura reorientando alguns comportamentos. Portugal atingiu este ano o nível mais baixo de dependência energética dos últimos 20 anos. Em 2005, chegámos a depender em 90% do exterior; neste momento dependemos em 71,5%. Ainda é muito. Não é possível sermos competitivos e sustentáveis se continuarmos dependentes da energia que importamos dos outros.

Se o país e a indústria não mudarem de vida, não conseguirão amortecer o efeito da reforma verde?

Por isso é que existe gradualismo, não existe radicalismo, por isso é que existiu uma avaliação de impacto.

Os combustíveis vão aumentar já.

Por isso é que houve uma avaliação de impacto económico e de impacto no emprego e no PIB. E é positivo o efeito da fiscalidade verde. Por outro lado, houve um desagravamento do IRC. Convém colocarmos as coisas em perspectiva.

A competitividade do país não é afectada pela reforma verde?

Pelo contrário, existe um triplo dividendo. Será positiva no PIB, no emprego e na redução da nossa de-

pendência. Não considero inconciliável a promoção da fiscalidade verde e a promoção da redução de rendas e de custos no setor energético. Considero que, por via de maior concorrência no mercado de combustíveis, de um maior acesso dos cidadãos a combustíveis low cost, de uma maior capacidade de escrutinar os preços, mais do que o efeito da fiscalidade verde, existirão efeitos de desagravamento que importa explorar. O problema, neste momento, é que toda a gente está a olhar para a fiscalidade verde e, pasme-se, a dar de barato que os argumentos apresentados por quem vende petróleo, por quem comercializa, e por quem distribui petróleo, são os únicos que são válidos. Não estamos a encontrar a capacidade crítica, enquanto consumidores industriais e consumidores domésticos, de exigir ao governo e a quem produz e distribui petróleo que reduza nos seus custos. Espero que a fiscalidade verde não sirva de pretexto para não discutirmos a redução de custos no sector energético. Estou muito empenhado e a Galp e a Apetro conhecem essa determinação.

As petrolíferas estão a funcionar como força de bloqueio?

Só se deixa bloquear quem não é reformista. Nunca tive nenhum tipo de autocomiseração, nem tento encontrar nos argumentos dos outros desculpas para não agir e não intervir.

Os preços de referência dos combustíveis vão começar a ser pública dos a 14 de Novembro. Como é que os consumidores podem interpretar estes preços de referenda? Como o preço justo, ou o preço certo?

Essa é a ideia. Não concordamos com a ideia de preços administrativos mas, por outro lado, não podemos deixar de ter noção que este é um. O mercado que deve ter alguma supervisão sectorial.

O facto de um governo decidir publicar preços de referência pode ser interpretado como um sinal de desconfiança em relação aos preços praticados?

Partimos do pressuposto de que é possível ter níveis de escrutínio, por parte dos cidadãos, que melhorem as condições de mercado. Nos combustíveis, entendemos que, como existe uma verticalização - quem refina é ao mesmo tempo quem transporta, armazena, distribui e comercializa - é importante dar aos cidadãos mais informação. Não me move nada contra a Galp, muito pelo contrário, tenho uma grande simpatia pelo papel que a Galp tem tido na internacionalização e na capacidade de criar emprego.

Mas?

Sou ministro da Energia, não sou ministro das empre-

sas da energia. Por maior simpatia que tenha pelas várias empresas da energia, e orgulho nas nossas empresas, não posso deixar de fazer aquilo que é o meu dever, enquanto membro do governo, que é criar condições para habilitar o cidadão a ter mais informação.

Os cidadãos estão reféns das gasoleiras, nomeadamente da Galp?

Não. Se achasse isso iríamos mais longe e avançaríamos para preços administrativos. Não é esse o caso. Esse mercado deve ser livre, liberalizado como tem estado, mas é importante que os cidadãos possam ter acesso a preços de referência, que depois possam comparar com os preços praticados. A partir do momento em que os preços de referência vão sendo publicados, o mercado vai funcionar para benefício dos consumidores. Isso vai acontecer também no gás de botija.

Poderá verificar-se uma descida dos preços dos combustíveis?

Essa é a expectativa que temos e julgo que essa é uma expectativa realista. Esta é uma opção que só tomamos a partir do momento em que temos noção de que é possível ir mais longe para benefício dos consumidores. Os combustíveis “low cost”, que estão neste momento para aprovação no Parlamento, também aumentarão a liberdade de escolha dos cidadãos.

A população tem a percepção de que as gasoleiras se apressam a fazer reflectir as subidas do petróleo no preço dos combustíveis, mas que as descidas são lentas, ou não reflectem por completo a queda do Brent. O governo pode garantir que essa percepção dos cidadãos está errada?

Este é um mercado muito complexo, e, por isso, não vou atrás dessa recriminação. As empresas também têm de fazer investimentos em stocks de petróleo, porque é obrigatório e, portanto, a repercussão não pode ser imediata. É importante que os cidadãos, com os preços de referência, possam também ter mais acesso direito à informação. No Conselho dos Combustíveis, onde serão definidos preços de referência, vão estar a petrolíferas mas também as associações de consumidores.

Mas considera que a descida do “Brent” é reflectida nos preços dos combustíveis?

Se não achasse, teríamos pedido a intervenção da Autoridade da Concorrência.

E não pediram?

A Autoridade da Concorrência tem autonomia e independência para avançar com as investigações ou análises que entender. Até ao momento, o governo não considerou necessário desencadear esse tipo de procedimento. Consideramos necessário, isso sim, dar mais possibilidades de escrutínio aos cidadãos em relação aos preços que são praticados.

Tem conhecimento de que a Autoridade da Concorrência tenha tomado a iniciativa de fazer qualquer investigação?

Não tenho conhecimento, mas a Autoridade da Concorrência está, em permanência, a monitorizar este mercado. A vantagem é que agora, a par da Autoridade da Concorrência, existe uma outra entidade que é a Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis, que vai dar ainda mais capacidade aos cidadãos de acompanhar este mercado, que é muito complexo. Não concordo com visões simplistas que procuraram assustar as pessoas com supostos aumentos de combustíveis, que não têm adesão à realidade, mas também não acompanho o populismo de quem procura demonizar as petrolíferas, achando que a ganância ou o lucro fácil é o que move essas empresas.

A electricidade também irá aumentar, a partir dia 1 de Janeiro de 2015, para quase três milhões de clientes: 3,3%, quase cinco Isto faz sentido?

O governo tem sido muito determinado na eliminação de rendas no sector eléctrico, ao ponto de considerar que já não estamos a lidar pôr as coisas, ao contrário. O aumento médio será de 1,2%, porque se para 2,5 milhões aumenta 3,3%, para 500 mil consumidores será

menos 34%. Sempre que há um aumento, as pessoas perguntam-se porque é que, depois de todos os cortes, existem aumentos da electricidade. É importante explicar que quando este governo iniciou funções recebeu uma mochila de défice, de dívida tarifária, e de novas responsabilidades, que se iam gerando à medida que os projectos definidos no passado entravam em funcionamento. Se não tivéssemos feito nada, teríamos de aumentar as tarifas aos cidadãos-não em 1,2%, ou 3,3%, mas em 13 % ou 14%-, ou então de empurrar o défice com a barriga. O que fizemos foi avançar com cortes nas ditas rendas excessivas. E, em cima disso, ainda avançámos com a contribuição extraordinária do sector energético. Mas foi necessário assegurar um aumento das tarifas, porque o corte não foi suficiente para que a eliminação dessa dívida tarifária se fizesse no ritmo adequado até 2020. Logo, o compromisso passou por termos aumentos nas tarifas, não de 13 ou 14%, mas de 1,5% a 2%, mais inflação. Vamos ter, pela primeira vez, em muitos anos, no ano de 2015, um défice anual tarifário muito inferior a mil milhões de euros.

Esperam chegar a 600 milhões de dívida acumulada em 2020.

Esperamos no próximo ano 390 milhões de euros de défice tarifário, e a partir de 2016 passar a “superavit”, sucessivamente até, em 2020, termos entre 600 milhões de euros e mil milhões, no máximo, de dívida tarifária acumulada. E não os seis mil milhões que estavam previstos. Conseguimos fazer isto sem pôr em causa a sustentabilidade do sector. Penso que o talento que tivemos, passo a imodéstia, não foi em fazer cortes, foi em fazer cortes que mantivessem em simultâneo a aposta nas energias renováveis, até porque agora, com as interligações e com o acordo que alcançámos em Bruxelas, o objectivo é o de desenvolver ainda mais este sector.

Quando é que as pessoas podem esperar aumentos alinhados com a inflação, ou até descidas?

Até 2020 não devem esperar-se descidas no preço da electricidade em Portugal. Prefiro dizer isto de uma forma “frontal. O que evitámos foi aumentos de 13% ou 14%. Agora, é evidente que, à medida que passamos dos mil milhões de euros de défice anual tarifário para 390 milhões de euros - depois passaremos a superavit -, as pessoas têm cada vez mais noção do que conseguimos, tal como aconteceu no país, em que o governo passou de um défice orçamental de 11% para, no próximo ano, assim se espera, atingir 2,7% do PIB.

Sobre o acordo para as auto-estradas da electricidade, que até noticiou no Twitter, Portugal quer ser fornecedor de energias renováveis, aos países que não atingem as suas próprias metas. Que benefícios há para Portugal?

Sou muito contido, mas fiquei muito feliz com o acordo e até demonstrei essa alegria de uma forma maior do que é habitual. Este é um objectivo que procurávamos alcançar há 20 anos e desta vez conseguimos resgatar a

meta falhada de 10% de interligações. Portugal e Espanha são ilhas energéticas e este acordo permite garantir, com um processo que vincula a Comissão Europeia, a encontrar financiamento novo para que estas interligações façam, em especial na Península Ibérica e em França, não só com que os consumidores portugueses e a indústria possam beneficiar do mercado - não há nada melhor do que o mercado para baixar custos -, mas também que possamos exportar electricidade renovável.

Isso será útil para quem importa essa electricidade, porque atinge as suas metas a um custo mais baixo, e útil para Portugal, porque pode atrair investimento de empresas. Há um estudo feito que demonstra que podemos estar a falar num acréscimo anual no nosso PIB em mais de mil milhões de euros, até 2030, por via desse investimento na exportação da electricidade renovável. Ou seja, atingir, até 2030, mil milhões de euros a mais, por via da exportação da electricidade renovável. E mais de 20 mil postos de trabalho só por via da exportação de electricidade renovável. Estamos portanto a falar de uma grande oportunidade económica.

Estas auto-estradas da electricidade no fundo sofriam do mesmo problema das linhas de comboio, já que não podíamos passar para o lado de lá.

O mercado terminava nos Pirenéus.

Também tem responsabilidades no PSD. De vez em quando, surgem contradições no discurso da coligação que suporta o governo. Há condições para que os dois partidos concorram juntos às próximas eleições legislativas?

Não vou antecipar uma opinião que possa ter, e muito menos estar, por via de uma entrevista, a enviar qualquer tipo de mensagem. Este governo tem conseguido, em coligação, demonstrar que pôs os interesses do país acima dos interesses partidários.

Não fizemos segredo de algumas divergências que existiram, mas o mais importante foi ter ultrapassado as divergências. Por outro lado, demonstrámos que é possível ter uma maioria estável com partidos que, não sendo iguais, conseguem conciliar os seus pontos de vista para benefício da população.

Em Portugal, infelizmente, as coligações não tem uma história muito duradoura. Foi possível demonstrar que não é necessário pensarmos todos o mesmo para podermos convergir no essencial. A decisão sobre essa matéria será tomada a seu tempo, sem precipitação. É importante não transformarmos as legislaturas de quatro anos em legislatura de três anos mais um ano de campanha eleitoral. O país precisa de quem governe e de quem tenha alternativas na oposição.

© Diário Notícias / Dinheiro Vivo - Sílvia de Oliveira e Hugo Neutel

Desemprego desce para 13,1 por cento

A taxa de desemprego caiu para os 13,1 por cento no terceiro trimestre deste ano, uma queda homóloga de 2,4 pontos percentuais e um recuo de 0,8 pontos face ao trimestre anterior. De acordo com as estatísticas do emprego relativas ao terceiro trimestre de 2014, divulgadas pelo INE, dia 5, neste período, a população desempregada foi de 688,9 mil pessoas, o que representa uma diminuição trimestral de 5,5 por cento e uma queda homóloga de 16 por cento, ou seja, menos 40 mil e menos 131 mil pessoas, respectivamente.

A taxa de desemprego estimada pelo INE para o período entre Julho e Setembro caiu, assim, mais do que o esperado pela generalidade dos analistas, que antecipavam uma pequena descida para os 13,8 por cento, justificada por uma melhoria ligeira da economia, do mercado de trabalho e da confiança dos agentes económicos e também pelo “recuo da população activa”.

António Costa está a abrir caminho ao “verdadeiro líder do PS”

Para Luís Montenegro, o vencedor das primárias socialistas, António Costa, pretende tão-só reabilitar e está a abrir caminho ao regresso do “verdadeiro líder do PS”, José Sócrates. Luís Montenegro falava no encerramento do debate sobre o Orçamento do Estado para 2015 na generalidade, na Assembleia da República, dia 31, depois de o presidente do grupo parlamentar do PS, Ferro Rodrigues, ter referido o nome de José Sócrates como alguém que se bateu contra o pedido de resgate financeiro a Portugal. “A partir de hoje, é oficial, desde que ouvimos aqui o líder parlamentar do PS: o PS assumiu como prioridade política reabilitar José Sócrates. Esta é a primeira grande ideia mobilizadora do PS de António Costa”, declarou Luís Montenegro, recebendo palmas da maioria. “Ele é um líder em transição para abrir caminho ao regresso do grande líder, o verdadeiro líder do PS: o engenheiro José Sócrates”, acrescentou.

A este propósito, o líder parlamentar do PSD ressaltou não saber se António Costa se qualificou ou não como um “líder de transição”, tendo em conta a sua situação no PS, mas aproveitou a expressão para acenar com “o regresso” de José Sócrates: “Por aquilo que hoje aqui ouvimos, de facto, ele é um líder em transição”. A 28 de Setembro, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa derrotou o secretário-geral do PS, António José Seguro, em eleições primárias - com participação de militantes e simpatizantes - para candidato dos socialistas a Primeiro-Ministro. Na sequência dessas eleições, António José Seguro demitiu-se, sendo transitoriamente substituído pela presidente do PS, Maria de Belém, e foram marcadas eleições directas para a liderança do partido para 21 e 22 de Novembro, e um Congresso electivo para 29 e 30 do mesmo mês.

O líder parlamentar do PSD sintetizou desta forma a história recente do PS: “José Sócrates governou como se não houvesse futuro. António José Seguro fez oposição como se não houvesse passado. E António Costa quer comprometer o futuro com as políticas do passado”.

No seu discurso, Luís Montenegro reivindicou que o resultado da governação é uma economia mais competitiva, maior justiça social e um Estado reformado, mais eficiente e menos gastador, com Portugal livre dos credores da ‘troika’ - tudo sem o apoio dos socialistas que, disse, “rasgaram o memorando” e “saltaram fora do barco”. O líder parlamentar do PSD defendeu que o cenário macroeconómico para 2015 é credível, que a economia portuguesa vai crescer acima da média da zona euro, o desemprego vai continuar diminuir e o défice vai descer para o valor mais baixo dos últimos 40 anos. “O Orçamento do Estado para 2015 concretiza a mudança, vence o derrotismo e renova a esperança”, declarou, repetindo mais de quinze vezes a palavra “mudança”.

O PS, por sua vez, alegou, “não aprendeu a lição do passado” e está “muito perto da esquerda radical”, recusando cortes na despesa e apoiando a reestruturação da dívida, “esconde as suas soluções” e “desespera por eleições”, mas “não está, de facto, preparado para governar”.

Centrando-se na mudança em vigor, o deputado recordou que essa mudança traduz-se a diminuição do desemprego. “Depois de uma década a crescer, depois do agravamento inevitável no início do ajustamento, o desemprego desce há 20 meses consecutivos. A Mudança trouxe o crescimento económico. Depois do período de recessão, vamos para o segundo ano de crescimento e de crescimento acima da média da Zona Euro. Os derrotistas e os cúmplices do passado prognosticaram o aumento do desemprego e a espiral recessiva na Economia. A maioria acertou. A oposição falhou. É caso para dizer: o PS, no Governo ou na oposição, não acerta uma previsão”.

Declarando-se confiante na “sabedoria do povo”, o líder parlamentar do PSD concluiu que “os portugueses não querem, não vão querer que o seu futuro fique nas mãos dos fanáticos do passado”.



O PS só tem para oferecer ao país “bitaites”



O deputado Miguel Santos pede “ao novo PS” de António Costa que assuma quais são as suas propostas, em vez das “duas mãos cheias de nada” e “bitaites” num programa de televisão. “Não basta ir à quinta-feira a noite, num estúdio fechado, mandar uns bitaites na televisão. É francamente pouco”, afirmou o parlamentar social-democrata, referindo-se à habitual participação do candidato socialista a Primeiro-Ministro no espaço de comentário na SIC Notícias.

Para Miguel Santos, “a política é a arte do possível porque, se for a promessa do impossível, chama-se demagogia” e, “até este preciso minuto, o PS tem duas mãos cheias de nada para oferecer ao país”. “Da parte do Governo, da maioria que o apoia, há informação, há conhecimento, há certeza. Os portugueses conhecem a proposta de orçamento do Estado, mas o que tem a oposição, sobretudo o PS, a oferecer ao país? Qual o grau de segurança e rigor que pode apresentar ao país?”, questionou, congratulando-se com a descida da taxa de desemprego, “consubstanciada todos os meses desde Fevereiro”.

“O nosso caminho é conhecido, hoje mesmo foram divulgados dados do Eurostat que comprovam que existem certezas: a descida da taxa de desemprego de 13,9 por cento para 13,6 por cento é uma descida que está consubstanciada em todos os meses. A taxa de desemprego desce desde Fevereiro de 2013, o que implica a criação de postos de trabalho e o encontro de solução profissional para muitos portugueses que se encontravam em situação de desemprego”, sublinhou.

No encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2015, o vice-presidente do grupo parlamentar fez uma exaustiva exposição da actuação do governo em matéria de saúde, considerando este um sector paradigmático do ímpeto reformista do executivo. “Este Governo, quando assumiu os destinos da governação, foi como se entrasse para disputar uma segunda mão de uma eliminatória, em que do primeiro jogo já carregava uma goleada para recuperar. E os árbitros, as regras, a estratégia, a tática, estava fortemente comprometida. Aquilo que a este Governo foi pedido, foi que, num curto espaço de tempo, recuperasse longos anos de desvarios, longos anos de desequilíbrios de uma Governação anterior irresponsável”. Contudo, o deputado refere que hoje o PS vota contra o Orçamento para 2015, afirmando que este Orçamento não tem sensibilidade social. “Cabe questionar ao PS, se quando o PS levou o país à bancarrota foi

sensível ou foi insensível? Cabe questionar se quando o PS comprometeu o país com um empréstimo forçado de 78 mil milhões de euros foi mais sensível ou menos? Quando o PS se comprometeu a aumentar substancialmente as taxas moderadas no acesso à saúde, o PS estava com a sensibilidade mais à flor da pele?”, disse.

Ainda sobre o líder da oposição, o deputado lembrou declarações do socialista nas quais terá dito “cobras e lagartos do BE - um partido oportunista, que parasita a desgraça alheia”. “Até este preciso minuto o PS não tem nada para oferecer ao país, duas mãos cheias de nada. À falta da alternativa conhecida, o PS fica entregue à iniciativa pública de alguns deputados que, em troca de 10 minutos de fama na ‘telinha mágica’, estão disponíveis para os maiores impropérios e as mais navegantes teses económicas e financeiras. O PS encosta-se à esquerda-radical, à extrema-esquerda. Mas o Dr. Costa não se vira para ninguém, não fala com ninguém, não está disponível para nenhum compromisso, mas também não diz ao que vem”.

Descida de impostos vai ajudar as famílias açorianas

O presidente do PSD/Açores reafirmou a necessidade de se proceder à reposição do diferencial fiscal na região até aos 30 por cento. “É uma das melhores medidas que pode ser concretizada nos Açores para ajudar as famílias, as empresas e a economia regionais”, declarou Duarte Freitas, no final de uma reunião com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, que decorreu na cidade da Horta, dia 29.

Para Duarte Freitas, a previsível reposição do diferencial fiscal vem tornar “um pouco menos difícil a vida de muitos açorianos e trazer a esperança de que 2015 será um ano melhor do que o actual”, estimando que esta “medida de grande impacto” permitirá recuperar cerca de 50 milhões de euros. “Como os açorianos sabem, sempre me opus à redução do diferencial fiscal nos Açores e por minha orientação o PSD/Açores tudo fez para tentar evitar uma medida injusta e penalizadora dos açorianos e das empresas regionais”, referiu o líder do PSD no arquipélago.

Segundo Duarte Freitas, a redução do diferencial fiscal decidida pelos governos socialistas da República e da Região em 2011 retirou muito dinheiro aos açorianos e às empresas dos Açores. O chamado diferencial fiscal das regiões autónomas (a diminuição máxima que os impostos podem ter em relação ao continente) passou de 30 para 20 por cento este ano, na sequência de uma revisão da lei das finanças regionais, no ano passado, que resultou do memorando de entendimento assinado com a ‘troika’.

O presidente do PSD/Açores manifestou-se, ainda, “muito satisfeito por verificar que a proposta do PSD/Açores para repor o diferencial fiscal tem sido muito bem acolhida pelos açorianos, por economistas e empresários”, pois trata-se de uma “medida estrutural que os Açores tanto precisam para começar a recuperar a sua economia”.

Duarte Freitas estranhou, por isso, algumas declarações que têm sido feitas pelo governo regional e que “mais parecem mostrar que os socialistas procuram problemas onde eles nunca existiram e desculpas para não repor o diferencial”.

Aos empresários com quem reuniu, Duarte Freitas assumiu “o compromisso de entregar no Parlamento regional uma iniciativa legislativa para que se proceda à reposição do diferencial fiscal até aos 30 por cento assim que a Assembleia da República aprovar a necessária alteração à Lei das Finanças Regionais”.



“Apenas um quinto das escolas açorianas têm planos de evacuação aprovados”



O PSD/Açores denunciou “ligeireza” com que os sucessivos governos socialistas têm tratado a segurança e a protecção dos edifícios escolares e dos seus utentes, considerando “preocupante que, tantos anos passados, se continue a descuidar essa matéria”, disse o deputado Joaquim Machado. “Apenas 20,9 por cento dos edifícios escolares têm planos de segurança e evacuação aprovados. Além disso, 64 por cento das escolas nunca foram inspeccionadas, e apenas 17,3 por cento realizaram exercícios de simulação no ano lectivo passado”, adiantou o deputado, após apresentar um projecto de resolução que visava solucionar a situação, e que o plenário açoriano aprovou por unanimidade.

Segundo Joaquim Machado, trata-se de “clara negligência do governo regional na segurança e na prevenção de acidentes nos nossos estabelecimentos de ensino”, numa realidade comprovada “por dados fornecidos pela tutela no fim do último ano lectivo”, isto na sequência de um requerimento feito pelo social-democrata.

O parlamentar lembrou que, de acordo com legislação aprovada em 2005, “todas as escolas deviam dispor, até maio de 2006, de um plano de segurança e evacuação. E deviam ter sido inspeccionadas pelo serviço regional de protecção civil e bombeiros até ao final do ano lectivo 2009/10”, frisou.

O deputado recorda também que “a mesma legislação obriga à realização anual, e de preferência no primeiro mês de actividades lectivas, de um simulacro nas escolas, uma acção cujos dados o governo não soube confirmar”.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: NASCIMENTO RODRIGUES

EDITORIAL

1. O discurso do Presidente do Partido ao último Conselho Nacional pôs o dedo na ferida de alguns comportamentos internos que têm gangrenado a solidez do PSD e afectado as razões de coerência, firmeza estratégica, unidade medular e, sobretudo, sentido de País e de Estado que foram, e têm de continuar a ser, timbre político dos sociais-democratas.

Não é possível deixar de dar-lhe razão quando sublinha: «É preciso que o Partido se comprometa a mudar de vida. É indispensável que os responsáveis a vários níveis deixem de, com os seus comportamentos e declarações, destabilizar a vida partidária». Isto foi dito com autoridade e clareza, mas também com humildade — ou seja, sem sombra de pressão ou vislumbre de ameaça. Pelo contrário: do contexto das suas palavras ressuma nitidamente o propósito de refazer a unidade do Partido — «porque um Partido que quer mudar Portugal e oferecer um projecto de futuro tem de começar por si próprio e dar o exemplo».

É uma linguagem e uma intenção que a maioria dos militantes deseja ouvir e acolhe. Verdade é, porém, que Rui Machete não é o primeiro líder a pôr a nú a necessidade da eliminação urgente e radical de disputas internas sem grandeza e de alguns processos e atitudes de interesse rasteiro. A questão não está, portanto, no propósito em si, mas no modo e no conteúdo susceptíveis de lhe em prestar um corpo durável.

2. «Não me apresentarei como líder de uma facção ou apoiado por sensibilidades. Nem pretendo contar espingardas. Esse foi o erro de Braga. Não é assim que se faz a unidade do Partido» — disse também. E terá exprimido desse modo a sua opção por uma forma consensual de unidade, que não seja interesseiramente conjuntural e tática. Uma unidade que arranque e não dispensa a diversidade e o pluralismo internos, raízes do pulsar, quantas vezes turbulento, de um PSD que também por isso é democrático e se fez grande e vivo. Diversidade e pluralismo, porém, a que importa dar sentido de coerência, lastro de caminho estável e quadro de disciplina que se apeteça.

3. É esta a única forma de conceber e operacionalizar a unidade do Partido? Não é. Perfila-se a opção pelo entendimento de que a unidade só se constrói contra a consensualidade e apenas se ganha num afrontamento que triture, elimine e «purifique».

Trata-se de uma opção tão legítima como a outra. E também potencialmente eficaz. É que, para além dos princípios e das visões em que assentam essas alternativas de rumo, não podem ignorar-se as condições concretas da circunstância. Ora, quem pode negar, como experiências alheias já o demonstraram, que o desencanto de muitos, o esmorecer da esperança de outros e o desespero fundado que cresce em alguns são húmus fértil para a tentação lógica de conquista da unidade pelo afrontamento que espezinhe os «gentios»?

4. A política é o risco da escolha. O presidente do Partido fez a sua e disse qual era. Julgo que é a boa opção, não só por entrosar no respeito pelo valor intrínseco da dignidade de cada diferente militante do PSD, não apenas pela aderência à extensão multifacetada da nossa realidade partidária, como também por se me prefigurar como politicamente certa — na justa medida em que não é nem produz reducionismo.

Somos um Partido grande e um Partido social-democrata. Nunca fomos e não queremos ser um pequeno partido de feição liberal. Mas o curioso de tudo isto é que a estratégia anticonsensual pode conduzir em linha recta a esse resultado, seguramente ao contrário do que estou certo ser propósito sincero de quem a propugna e brande.

Esse seria um resultado desastroso em termos de interesse português e de efeitos devastadores para o Partido, tal como nasceu e se fez.

Mas não é essa, sequer, a imagem mais nítida que se me assume no écran desta questão. Por alguma, provavelmente absurda, conotação de ideias, a memória foca-me com insistência a paisagem de um deserto com um cacto solitário tombado sobre os seus próprios espinhos.

H. Nascimento Rodrigues

V CONSELHO NACIONAL / 85 (Extraordinário)

Rui Machete

«Um Partido que quer mudar Portugal e oferecer um projecto de futuro tem de começar por si próprio e dar o exemplo»

1. Vivemos no nosso Partido um momento difícil. A confluência das eleições presidenciais com a aproximação da data limite para a tomada de várias das medidas previstas no Acordo PS-PSD, que serve de base à presente coligação, obriga a uma gestão rigorosa do tempo e tornam os sociais-democratas alvo apetecido de ataques violentos dos nossos adversários políticos conhecidos e de muitos inimigos encapotados. Multiplicam-se os artigos críticos na imprensa contra nós, muitos deles ditados por pura paixão partidária e alguns deles mesmo encomendados... A desistência em concorrer às



presidenciais tornada pública pelo General Firmino Miguel — que muitos no Partido consideravam como o candidato que deveríamos vir a apoiar — criou em numerosos militantes um sentimento de desânimo e de desorientação, que os factos reais não justificam, mas que, a não ser combatido, pode gerar, entre nós, um movimento generalizado de descrença.

É, pois, chegado o tempo de reflectirmos com realismo e de tomarmos decisões claras e firmes. Temos de dizer basta aos derrotismos que põem em causa a grandeza e a força do Partido e temos, sobre-

Continua na pág. 3

APROVADAS DUAS MOÇÕES

No V Conselho Nacional / 85 (Extraordinário) foram aprovadas duas moções cujo texto é publicado na íntegra na pág. 2

REFERENDO

O Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, em sua sessão de 13 de Abril de 1985, ultimou o apuramento global e definitivo dos resultados do referendo aos militantes do PSD sobre o candidato a apoiar pelo PSD nas próximas eleições para a Presidência da República, completando os resultados constantes da sua informação à CPN do PSD datada de 9 de Abril de 1985, que inteiramente se mantém.

Fez-se o apuramento de 261 secções e dos votos das Regiões Autónomas e dos Núcleos de Emigração, não tendo podido incluir nos resultados 36 secções de voto por não terem remediado os necessários elementos.

O total de eleitores com capacidade eleitoral activa foi de 66 373 e o total de votantes foi de 24 039 (36,5%).

Foi de 21 880 o número de votos a favor do

Continua na pág. 2

Adesão à CEE no Parlamento

- A História não é pródiga em oferecer muitas oportunidades como aquela que hoje se apresenta aos portugueses. Saibamos aproveitá-la, saibamos dela extrair todas as potencialidades de modo a proporcionar um futuro melhor às novas gerações. (Rui Machete).
- Tenhamos a noção de que vamos entrar nas Comunidades Europeias correspondendo a um profundo anseio do povo português e congratulemo-nos todos com isso. (João Salgueiro).

(Nas páginas 8 e 9)



Reformar o Estado

Jaime Quesado (*)

Está em cima da mesa a discussão da Reforma do Estado. O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na capacidade positiva deste de legitimar uma relação de confiança essencial. Quando David Osborne nos fala da crescente oportunidade e necessidade de recolocar na agenda o “reinventing the government”, está claramente a colocar a tónica num dos elementos centrais da modernidade competitiva das nações. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como “pivot” central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

A reinvenção estratégica do Estado, enquanto “plataforma de centralidade” onde convergem as dinâmicas de qualificação dos diferentes actores sociais, ganhou hoje um paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de Governo Electrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante, como Francis Fukuyama não pára de reiterar, a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, “dejá-vu”, de correcção “in extremis” das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos auto-sustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

Mais do que nunca se impõe neste tempo complexo um Novo Estado capaz de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, o Novo Estado não pode demorar. Tem que se assumir como actor “perturbador” do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirá um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso.

Um Novo Estado é um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque o Novo Estado é um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. O Novo Estado tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. O Novo Estado tem que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Alcobaça, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2014 (sexta-feira) pelas 22h30 na sede, sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior. Para o efeito a sede estará aberta entre as 22h00 e as 24h00

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h30

BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2014, (sábado), pelas 15h30, no Auditório da Associação Industrial do Minho – Braga, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Quartas jornadas de consolidação, crescimento e coesão - Orçamento de Estado 2015

2 – Análise da situação política

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se

a Assembleia da Secção de Espinho para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2014, (segunda-feira), pelas 21h30, na sede sita na Rua 22, nº 399, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Orçamento e contas da Secção

2 – Análise da situação política

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Manteigas, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2014 (sábado) pelas 17h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Eleição dos órgãos de Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00

PORTIMÃO

Na sequência do despacho do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), ficam sem efeito as eleições agendadas para o dia 08 de novembro de 2014

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2014, (segunda-feira), pelas 21h30, na sala Ipanema, no Ipanema Park Hotel, sito na Rua de Serralves, 124 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Informações gerais

2 – Análise da situação política

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito do Porto para reunir, no próximo dia 06 de Dezembro de 2014 (Sábado) pelas 15h00, em todas as sedes das secções do Distrito, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos Distritais do Porto

a) – Mesa da Assembleia Distrital

b) – Comissão Política Distrital

c) – Conselho de Jurisdição Distrital

d) - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

e) – Delegados à Assembleia Distrital

Local de voto das Secções

Amarante – Ed.do Salto – Stª Luzia

Baião - Rua de Camões

Felgueiras – Rua Luís de Camões

Gondomar – Rampa dos Combatentes da Grande Guerra,

31

Lousada – Rua do Tojeiro, 121 (Silvares)

Maia – Rua Engº Duarte Pacheco, 987

Marco de Canaveses – Largo Sacadura Cabral

Matosinhos – Rua Mouzinho de Albuquerque, 98

Paços de Ferreira – Av. dos Templários, 309 Dtº.

Paredes – Rua 1º de Dezembro

Penafiel – Rua “O Penafidense”, 9 – 1º Dtº

Porto – Rua Guerra Junqueiro, 64

Póvoa do Varzim – Praça do Almada, 7 Esc. 1

Santo Tirso – Av. Sousa Cruz, 11 – C. C. Galáxia, Loja 19

Trofa - Rua Camilo Castelo Branco, 222

Valongo – Av. Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde

Vila do Conde – Praça da República, 7

Vila Nova de Gaia – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323

Notas

- As listas de candidatura aos Órgãos Distritais deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64.

- As Listas de candidatura a delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes das Mesas das Assembleias de Secção correspondentes, ou, a quem estatutariamente os possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nas respectivas sedes.

- As urnas estão abertas, em cada Secção, das 15h00 às 20h00

SETUBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Novembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21h00, no “Hotel Club D’Azeitão”, sito na Estrada Nacional, Quinta do Bom Pastor, - Vila Fresca de Azeitão, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação político-partidária

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7 – Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Orçamento de Estado 2015 – Análise e debate

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2014 (sexta-feira) pelas 21h30 na sede sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação política

**CONSELHO REGIONAL DA JSD REGIONAL DE AVEIRO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Aveiro, para uma reunião extraordinária a realizar no próximo dia 6 de Dezembro de 2014 (Sábado), pelas 15 horas, no auditório da sede da Junta de Freguesia de Espinho, na Rua 23 nº271, 4500-141 Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Discussão e votação de Moção de Censura à Comissão Política Regional da JSD de Aveiro.

CONSELHO REGIONAL JSD SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Regional da JSD Regional de Santarém para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2014 na Sede Distrital da JSD de Santarém sita na Calçada de Mem Ramires, nº10 - 1ºandar, 2000-105 Santarém, pelas 15h30m, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2 - Apresentação de Candidaturas à Presidência da Comissão Política Nacional da JSD;

3 - Apresentação e Discussão da proposta de Moção da JSD Regional de Santarém ao XXIII Congresso Nacional da JSD.

CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Setúbal para reunir no dia 12 de Novembro de 2014, pelas 21 horas, na Rua Movimento das Forças Armadas, n.º 11, 2845 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Discussão de propostas ao Congresso da JSD;

3 - Outros Assuntos.

Por impossibilidade de cedência do espaço indicado por parte da Autarquia vimos por este meio corrigir o local da Convocatória do XXIII Congresso Nacional da JSD

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes desta Concelhia para reunirem no próximo dia 7 de Dezembro, das 19h00 às 21h00 na Sede Concelhia JSD Golegã, sita no Largo da Imaculada Conceição, sem número, Golegã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos Delegados ao XXIII Congresso Nacional da JSD

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H do terceiro dia anterior ao acto

eleitoral no seguinte local: Largo da Imaculada Conceição, sem número, Golegã.

MOITA

Devido a um imprevisto, a Sede do PSD/Moita ficou indisponível para a realização do acto eleitoral.

Convocam-se todos os militantes desta concelhia para as eleições de delegados ao XXIII Congresso Nacional da JSD, no dia 07 de Novembro de 2014, na Loja 3, Zona F do Centro de Comercial do Vale da Amoreira, Moita, entre as 18h00 e as 20h00.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o Plenário Concelhio da JSD Torres Vedras para o dia 15 de Novembro de 2014, pelas 15h30 horas, na sede do PSD Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, nº1-3º, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Análise da situação política

2-Outros assuntos

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhia da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro, sexta-feira, pelas 21 horas, na Sede da JSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário Concelhio, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21-23h.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da JSD do Sobral de Monte Agraço para reunir no próximo dia 19 de Dezembro, sexta-feira, pelas 21 horas, na Sede da JSD do Sobral de Monte Agraço, sita no Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 9 - 1º Direito, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Regional, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21-23h.